

NECRIVI
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE
CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA



Violência, conflitos e crimes nos Câmpus Universitários:

Subsídios para a política de segurança da UFG.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Goiânia, 2015.

Coordenação Geral

Prof. Dijaci David de Oliveira
Dione Antonio de Carvalho de Souza Santibanez

Coordenação Técnica

Prof. Angelita Pereira Lima
Prof. Ricardo Barbosa de Lima
Prof. Francisco Mata Machado

Pesquisadores

Marcilaine Martins
Guilherme Borges
Michele Cunha Franco
Prof. Gardene Leão
Carmem Curti
Amanda Pereira de Paula
Christiane de Holanda
Lira Furtado Moreno
Débora da Costa Barros
Flávia Martins Alchuff
Gabriel Naves Mescenas
Hytalo K. de Lima Fernandes
João Francisco F. Viana
Kallyta Mendes
Karen Pessoa
Lídia Eliane Campos Pimentel
Marcello Soldan Garbelin
Maria Ivanete F. Nascimento
Marta Maria Valeriano
Pâmela Silva de Oliveira
Rafael dos Reis Bastos
Regiane F. Cezar Oliveira
Samara Xavier
Sérgio Ferreira de Camargo
Tarihan Chaveiro Martins
Victor Hugo Correa Ardi

Apoio Técnico

Ana Raquel Aires
Eide Rocha

Apoio

Pró Reitoria de Administração e Finanças (Proad)
Associação de Docentes da Universidade
Federal de Goiás (Adufg)
Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas em Direitos Humanos (NDH)
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC)
Faculdade de Ciências Sociais (FCS)

SUMÁRIO

Metodologia.....	6
Incidência de crimes e conflitos na UFG.....	12
Medo e sentimento de insegurança na UFG.....	21
Política de segurança em outras universidades.....	33
Referências.....	48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Ocorrências pré e pós REUNI.....	14
Quadro 2 - Taxa de ocorrências criminais por grupo de 30 mil habitantes, comparando Estado de Goiás e UFG.....	15
Quadro 3 - Taxa de ocorrências criminais por grupo de 30 mil habitantes, comparando Estado de Goiás e UFG.....	15
Quadro 4 - Tipos de ocorrências na ouvidoria UFG, em 2012 e 2013.....	17
Quadro 5 - Ocorrências em Catalão / 2011 – 2013.....	18
Quadro 6 - Ocorrências em Jataí / 2011 – 2013.....	18
Quadro 7. Locais de ocorrência – 2005 a 2013.....	19

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Você considera a UFG um local seguro / regionais.....	22
Tabela 2 - Você considera a UFG um local seguro?.....	23
Tabela 3 - Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos / por regional.....	24
Tabela 4 - Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos / por grupo.....	25
Tabela 5 - A polícia militar poderia atuar livremente na UFG / por regional.....	28
Tabela 6 - A polícia militar poderia atuar livremente na UFG / por grupo.....	28
Tabela 7. Você confia na polícia?.....	29

METODOLOGIA

Abordagem quantitativa de ocorrências registradas

Abordagem qualitativa do sentimento de insegurança

Análise comparativa entre universidades

Abordagem quantitativa de ocorrências registradas

O objetivo do levantamento quantitativo foi o de identificar e analisar as ocorrências relativas a conflitos intersubjetivos, crimes e contravenções nos câmpus da UFG, incluídas as regionais (situadas em Catalão, Jataí e Cidade de Goiás) que tenham sido registradas tanto no âmbito interno da Universidade, quanto em delegacias de polícia competentes para averiguar crimes e contravenções na região em que os câmpus se situam. Decidiu-se utilizar os dados disponíveis na UFG e na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, observando-se duas séries temporais: 2005 a 2007 e 2011 a 2013. A definição do recorte temporal se reporta à necessidade de verificar as ocorrências e os registros de crimes e violências considerando a expansão tanto do espaço físico, quanto da oferta de vagas e de cursos, ocorrida no âmbito da UFG, após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado pelo Decreto nº 6096, de abril de 2007 e implementado pelo MEC, cujos impactos na UFG passaram a ser sentidos sobretudo a partir de 2008, uma vez que a universidade aderiu ao programa em outubro de 2007. A primeira série temporal é imediatamente anterior à implantação do programa e a segunda, três anos após a sua implantação.

No entanto, ao se analisar os dados gerais da Secretaria de Segurança Pública e do Serviço de Vigilância da UFG, decidiu-se incluir os dados coletados referentes aos anos de 2008, 2009 e 2010. Assim, na apresentação dos primeiros resultados, os dados gerais são relativos ao período de 2005 a 2013, com 1.096 registros. O que não impede uma análise conforme o recorte temporal pré e pós implantação do Reuni na UFG. Dessa forma, a equipe pesquisadora solicitou e obteve acesso às três fontes internas da UFG consideradas fundamentais para a pesquisa, a saber:

- Livros de registros de ocorrências elaborados pela Equipe de Segurança da UFG em todos os Câmpus;
- Planilha em que constam informações relatadas à Ouvidoria da UFG;
- Planilha com informações da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo da UFG.

Acessou, também, todas as ocorrências de crimes e contravenções relatadas pelas polícias Militar e Civil de Goiás, centralizadas na Secretaria de Segurança Pública, no

formato de planilha excel. A organização desses registros, a partir de filtros da pesquisa, constitui toda a base de dados desta pesquisa.

No intuito de perceber quais pessoas e bens se apresentaram mais vulneráveis a se tornarem sujeito ou objeto de crimes e delitos, o questionário previu variáveis para captar a necessidade de medidas pontuais e localizadas visando à proteção com maior ênfase no grupo de pessoas e/ou bens eventualmente predominantes como alvos de crimes ou violências.

Geradas as tabelas de frequência, percebeu-se não haver variação significativa entre diferentes objetos de furto ou roubo (mochilas, equipamentos eletrônicos, celulares etc.) e que a qualidade dos dados não permitiria avaliar as características das pessoas envolvidas, quer sob o aspecto pessoal ou profissional. Dado que furto e roubo distinguem-se em virtude da violência ausente no primeiro e presente no segundo, essas duas categorias não foram agrupadas, exceto em relação a furtos e roubos de bicicletas. Diante disso, fizeram-se os seguintes agrupamentos:

1 - Furtos

- a) Furto de carro e moto e arrombamento de carro;
- b) Furto de objetos pessoais - equipamento eletrônico, mochila, celular;
- c) Furto patrimônio união, não importando qual o objeto do furto;
- d) Furto e roubo de bicicleta.

2 - Roubos

- a) Roubo de carro e moto e arrombamento de carro;
- b) Roubo de objetos pessoais - equipamento eletrônico, mochila, celular;
- c) Roubo a instituição financeira.

3 - Consumo de drogas e de álcool (anteriormente separados);

4 - Agressão física, verbal, ameaça e desentendimento (anteriormente separados);

5 - Assédio moral e sexual (anteriormente separados);

6 - Os demais crimes, como estupro, homicídio e atentado ao pudor foram mantidos isoladamente.

Abordagem qualitativa do sentimento de insegurança

Berger (2007, p. 81) assinala que “controle social... refere-se aos vários meios usados por uma sociedade para ‘enquadrar’ seus membros recalcitrantes [...]. Os métodos de controle variam de acordo com a finalidade e o caráter do grupo em questão”. É nesse contexto que, para esse autor, a violência sempre foi o alicerce de qualquer ordem política. Essa mesma relação entre violência e controle pode ser percebida também em Simmel (1983), para quem o conflito funciona como uma das condições de se manter a estrutura, o equilíbrio da sociedade e a unidade dos grupos sociais e, assim, conservar a ordem e o controle social.

Recentemente, o registro e a difusão dos crimes violentos como o roubo/latrocínio e estupro no interior das universidades brasileiras, que até então tinham como expoente principal episódios, em geral, vinculados aos trotes homofóbicos/machistas, trouxeram para esses espaços o debate sobre a necessidade, a função e os limites da prevenção, do controle e da punição. O que era sempre um objeto de problematização externo, a violência na sociedade, passou também a ser vivido como um problema interno nas universidades.

Para que se possa enfrentar os diferentes tipos de violências que reproduzimos; para que se diminua o crime e a criminalidade e para que se resgate a convivência e o trabalho universitário como valores humanizadores, faz-se necessário olhar essa realidade de frente. Para Rifiotis (1996), o pesquisador, ao procurar descrever as situações de violência, deve estar atento às formas como ela é vivenciada pelos sujeitos diretamente envolvidos. Isso porque entender as representações dos sujeitos sobre como a violência é percebida permite evitar distorções, tal como, por exemplo, enquadrar a diversidade dos casos, a partir de concepções generalizantes do que seria “violência”. Portanto, dar conta do processo como essas representações variam conforme os sujeitos e/ou coletividades que a enunciam seria o ponto de partida de qualquer investigação sobre o tema.

O objetivo deste subprojeto foi descrever e mensurar as representações (julgamentos e valores) sobre risco, ocorrências de violência e tráfico de drogas nas Regionais da UFG, via pesquisa no modelo *survey*, por meio de grupos focais e entrevistas em profundidade, permitindo a identificação dos principais temas, conceitos e variáveis (qualitativas e quantitativas) que compõem as representações da comunidade universitária. Este relatório é, antes de tudo, um convite e um desafio para que diferentes olhares possam ampliar o nosso e, juntos, transformar a nossa realidade. Isso porque partilhamos da crença de que nosso principal objetivo de pesquisa – fornecer subsídios para a elaboração de

políticas de segurança na UFG – só se completa em um processo mais amplo: se feito para e com a comunidade universitária.

Análise comparativa entre universidades

A pesquisa efetivada escrutinou as abordagens e soluções adotadas por instituições universitárias públicas brasileiras, de modo a identificar exemplos e contraexemplos para a formulação de uma política adequada à realidade da Universidade Federal de Goiás (UFG). A pergunta que norteou os estudos assim se apresentou: como se relacionam diferentes desenhos institucionais, processos decisórios internos e políticas de prevenção ou controle da violência nas universidades públicas brasileiras?

Partiu-se da constatação de que não há uma base de dados agregada sobre taxas de crime e práticas violentas em diferentes *campi* do Brasil. Inexiste, igualmente, um estudo voltado à catalogação das políticas empreendidas por diferentes administrações universitárias quanto à temática da violência. A compreensão do modo como a UFG lida com a questão e a identificação de alternativas ou políticas só pode se efetivar, todavia, com clareza e consistência metodológica, se devidamente situada a partir dos parâmetros comparativos cujo levantamento esta pesquisa ambicionou estabelecer.

Foram estudadas 7 (sete) instituições públicas de ensino superior, sendo 6 (seis) federais e 1 (uma) estadual. Procedeu-se ao levantamento via internet de documentos e dados sobre cada universidade, realizando-se, quanto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visitas *in loco*. O critério para escolha das universidades perquiridas foi a diversidade geográfica da amostra, a variação quanto ao porte ou número de estudantes matriculados e, ainda, a multiplicidade quanto às datas de fundação, oscilando-se daquelas que foram criadas no contexto do Reuni às já consolidadas há muitos decênios.

O mapeamento institucional realizado perquiriu as seguintes fontes, segundo ordem de prioridade: i) estatutos e regimentos universitários; ii) resoluções, portarias e normas internas infra-estatutárias e infra-regimentais; iii) declarações exaradas por integrantes da gestão universitária; iv) declarações de movimentos, associações estudantis e organizações sindicais e; v) reportagens na imprensa diária. O objetivo perseguido com a ordenação em comento residiu na busca de um olhar voltado à inversão dos dados com as quais, em geral, se lida ao se debater, informalmente, o tema da violência e da insegurança em instituições acadêmicas. Esta prática, espera-se, permitiu a contraposição entre o que se sabe

(elementos advindos de reportagens) e o que é pouco conhecido (normas e políticas institucionais).

Além de elementos qualitativos e históricos, apurados em especial por meio de entrevistas em profundidade empreendidas nas visitas *in loco*, identificou-se como as instituições lidam com duas especiais questões: i) existência ou não de uma política formal e abrangente para prevenção e controle da violência no câmpus e seu entorno e; ii) presença ou não de policiamento militar ostensivo de modo rotineiro nas instituições.

A seguir, são apresentados os dados e impressões coletados para, na seção conclusiva, expor-se ideias e sugestões que podem ser extraídas a partir dos levantamentos empreendidos.

NECRIVI

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE
CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

INCIDÊNCIA DE CRIMES E CONFLITOS NA UFG

Incidências antes e depois do REUNI

Crimes, delitos, infrações e conflitos

Ocorrências nas Regionais

As tabelas a seguir mostram a variação de ocorrências por ano – 2005 a 2013. Também, com base nos dados desse período, incluindo 2008, 2009 e 2010, foram geradas as tabelas com informações sobre locais e tipos de crimes, delitos e violências. Verifica-se, então, que o maior número de ocorrências se concentra em Goiânia, no Câmpus Samambaia, 55,8%, conforme a tabela 02, o que justifica mais à frente uma análise específica das ocorrências ali registradas.

Os dados dos câmpus do interior se referem ao período posterior ao REUNI, precisamente aos anos 2011, 2012 e 2013. Não se percebeu a incidência de registros de muitos delitos ou conflitos e isso pode significar tanto a pequena comunicação quanto a não ocorrência de delitos naqueles câmpus situados em cidades cujas populações são significativamente menores que Goiânia. Em Catalão e em Jataí foram registradas 14 ocorrências na SSP-GO, englobando todo o período analisado e, em Catalão, duas ocorrências registradas na Ouvidoria. Na Cidade de Goiás, apenas uma e, portanto, não se trará tabelas relativas a esse câmpus regional. Abaixo, algumas tabelas que evidenciam as frequências de casos e algumas de suas características.

De acordo com os dados, os crimes mais registrados no Câmpus Samambaia foram furtos e arrombamentos de carros e motos nos estacionamento (furtos de equipamentos de som; notebook; estepe de carro etc.). Essas ocorrências foram tabuladas como furto de estepe: 14,1% e furto / roubo de equipamento eletrônico / informática pessoal: 7,5%. No total, elas representam: 21,6% das ocorrências do Câmpus Samambaia.

O local em que mais houve registros de ocorrências foi a Faculdade de Agronomia. Lá, acontecem, segundo os dados, em 1º lugar: furtos e arrombamentos de carros e motos e de equipamentos eletrônicos dentro de veículos no estacionamento. 2º furto de peixes no tanque; 3º são encontradas peças de carros e motos abandonados; 4º casos de incêndio nas matas próximas à faculdade; 5º casos de gado que rompem a cerca.

Os demais locais com maior número de ocorrências registradas foram os Institutos de Ciências Biológicas(ICB): 6,6%; as agências bancárias: 4,6% (considerando os dados: agências bancárias: 2,5% e estacionamento da Caixa Econômica Federal: 2,1%); Faculdade de Veterinária e Zootecnia: 3,3%; Faculdade de Educação Física: 2,6%; Faculdade de Letras, 2,5%; Centro de Cultura e Eventos, 2,4%; Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), 2,1%; Instituto de Matemática e Estatística (IME), 2%; Reitoria:1,9%; Biblioteca: 1,8%; Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), 1,8%; Casa do

Estudante: 1,8%; Faculdade de Artes Visuais: 1,5%; Serviço de Vigilância: 1,4%; Faculdade de Química: 1,2%; Bosque Saint-Hilaire: 1,2%.

No Bosque Saint-Hilaire, foram registradas, em média, 3 ocorrências por ano, como se pode notar no quadro anterior. Ao total, em 6 anos 13 ocorrências foram registradas, com relato do uso de substâncias entorpecentes no local. Pode-se perceber que são poucos registros no local, comparados com o total de ocorrências nas demais localidades do Câmpus Samambaia.

Ao analisar parte do banco de dados da Ouvidoria da UFG, constatou-se que as denúncias, em sua maioria, foram consequência de conflitos interpessoais: 65%; crimes: 22,5% e contravenções: 11,3% entre professores, alunos, servidores, técnicos administrativos e comunidade. A maior parte das denúncias aconteceu no Câmpus Samambaia: 78,8%. O Câmpus Colemar Natal e Silva somou 21,3% dos registros. Em grande parte, não foi relatado o local das ocorrências: 52,5%. Os demais dados tiveram baixa variação de registros: Reitoria: 5%; Biblioteca: 5%; Faculdade de Filosofia (FAFIL)/ Faculdade de História (FH)/ Faculdade de Ciências Sociais (FCS): 3,8%; Direito: 2,5%; Medicina: 2,5%, Agronomia: 2,5% etc. A maior parte das denúncias são de conflitos interpessoais: 42,5%, seguido de assédio moral: 17,5%, agressão verbal: 11,3%, negligência a patrimônio da união: 7,5% e furto de objeto pessoal: 6,3%. Em mais da metade dos casos, 57,5%, não é informado o instrumento utilizado nos registros de ocorrências.

Quadro 1. Ocorrências pré e pós REUNI.

Período Pré REUNI			
Ano	Regional Goiânia*	Regionais Interior**	Total
2005	128	0	128
2006	113	1	114
2007	96	0	96
Total	337	1	338
Período Pós REUNI			
Ano	Regional Goiânia	Regionais Interior	Total
2011	192	12	204
2012	237	9	246
2013	273	7	280

Total	702	28	728
-------	-----	----	-----

*Registros da Seção de vigilância do Câmpus Colemar Natal e Silva, Câmpus Samambaia, Ouvidoria SSP-GO.

**Base de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Quadro 2. Taxa de ocorrências criminais por grupo de 30 mil habitantes, comparando Estado de Goiás e UFG.

Ocorrências	2011		2012		2013	
	Goiás	UFG	Goiás	UFG	Goiás	UFG
Roubo	217	7,7	244,9	12,8	295,8	6,8
Furto	393	88,1	350,5	101	330,1	113
Total	610	95,8	595,4	113,8	625,9	119,8

Ocorrências	2011		2012		2013	
	Goiás	UFG	Goiás	UFG	Goiás	UFG
Estupro	2,6	0,01	2,4	0	2	0,0045
Homicídio	9,9	0,009	12,1	0	11,8	0,0045
Total	12,56	0,02	14,5	0	13,8	0,009

Quadro 3. Crimes, delitos, infrações e conflitos – 2005 a 2013

CLASSIFICAÇÃO DO FATO	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA
Furto do objeto pessoal (ex. estepe de carro)	155	14.1
Furto material de consumo geral/patrimônio união	85	7.8
Furto roubo equipamento eletrônico/informática pessoal	77	7.0
Acidente de automóvel sem vítima fatal	74	6.8
Dano a equipamento da UFG	73	6.7
Furto de carro/moto/	71	6.5
Ameaça	61	5.6
Arrombamento de carro	50	4.6
Agressão verbal	42	3.8
Negligencia patrimônio união	41	3.7
Furto equipamento eletrônico/informática/patrimônio união	25	2.3
Furto bolsa/mochila	24	2.2

CLASSIFICAÇÃO DO FATO	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA
Dano ao patrimônio	23	2.1
Furto bicicleta	22	2.0
Foco de incêndio	21	1.9
Assédio moral	21	1.9
Roubo bolsa/ mochila	19	1.7
Agressão física	19	1.7
Roubo carro/moto	18	1.6
Arrombamento às instalações físicas da UFG	17	1.6
Consumo de substância entorpecente	15	1.4
Furto de material de construção	13	1.2
Furto celular	13	1.2
Desentendimento	12	1.1
Consumo de álcool	9	.8
Dano a automóvel	8	.7
Veículo abandonado	8	.7
Roubo celular	7	.6
Furto material de consumo laboratorial hospitalar/patrimônio união	6	.5
Assédio sexual	6	.5
Arrombamento a bens de terceiros	6	.5
Perda de objeto pessoal	6	.5
Tentativa de furto de objeto pessoal	5	.5
Roubo bicicleta	4	.4
Conflito decorrente de relações de gênero	4	.4
Estupro	3	.3
Homicídio	3	.3
Localização de cadáver	3	.3
Acidente de trabalho	3	.3
Trafico de substância entorpecente	2	.2
Roubo a instituição financeira/correio	2	.2
Acidente de automóvel com vítima fatal	2	.2
Atentado ao pudor	2	.2
Acidente com estudante/professor/servidor/terceirizado	2	.2
Pessoas suspeitas	2	.2
Disparo de arma de fogo	1	.1
Outros	1	.1
Tentativa de estupro	1	.1

CLASSIFICAÇÃO DO FATO	FREQUÊNCIA	% VÁLIDA
Ato infracional	1	.1
Não consta/não informado	8	.7
Total	1096	100.0

Quadro 4. Tipos de ocorrências na ouvidoria UFG, em 2012 e 2013.

CLASSIFICAÇÃO DO FATO	REQUÊNCIA	% VÁLIDA
Conflitos interpessoais	34	42,5
Assédio moral	14	17,5
Agressão verbal	9	11,3
Negligencia patrimônio união	6	7,5
Furto do objeto pessoal (ex. estepe de carro)	5	6,3
Arrombamento de carro	3	3,8
Roubo carro/ moto	2	2,5
Acidente de automóvel sem vítima fatal	2	2,5
Furto roubo equipamento eletrônico/ informática pessoal	1	1,3
Furto bolsa/ mochila	1	1,3
Consumo de substância entorpecente	1	1,3
Assédio sexual	1	1,3
Não consta/não informado	1	1,3
Total	80	100,0

Ocorrências nas Regionais

Quadro 5. Ocorrências em Catalão / 2011 – 2013

Classificação do fato	Frequência	% Válida
Perda de objeto pessoal	5	31,3
Furto de carro/ moto	1	6,3
Furto bicicleta	1	6,3
Furto de material de construção	1	6,3
Acidente de automóvel sem vítima fatal	1	6,3
Assédio moral	1	6,3
Assédio sexual	1	6,3
Ameaça	1	6,3
Furto do objeto pessoal (ex. estepe de carro)	1	6,3
Dano ao patrimônio	1	6,3
Desentendimento	1	6,3
Ato infracional	1	6,3
Total	16	100,0

Quadro 6. Ocorrências em Jataí / 2011 - 2013

Classificação do fato	Frequência	% Válida
Furto do objeto pessoal (ex. estepe de carro)	3	20,0
Furto de carro/ moto	2	13,3
Furto roubo equipamento eletrônico/ informática pessoal	2	13,3
Ameaça	2	13,3
Furto bicicleta	1	6,7
Furto de material de construção	1	6,7
Acidente de automóvel sem vítima fatal	1	6,7
Agressão física	1	6,7
Agressão verbal	1	6,7
Arrombamento a bens de terceiros	1	6,7
Total	15	100,0

Quadro 7. Locais de ocorrência – 2005 a 2013.

LOCAL DO FATO	FREQUENCIA	% VÁLIDA
CII AGRONOMIA	73	6.7
CII ICBs	72	6.6
OUTROS GYN CI	37	3.4
CII VETERINÁRIA/ ZOOTECNIA	36	3.3
CII ED. FÍSICA	29	2.6
CI HC	27	2.5
CII LETRAS	27	2.5
CII AGÊNCIA BANCÁRIA	27	2.5
CII CENTRO CULTURA E EVENTOS	26	2.4
CII CEPAE	23	2.1
ESTACIONAMENTO DA AGÊNCIA CEF - CÂMPUS SAMAMBAIA	23	2.1
CII IME	22	2.0
CII REITORIA	21	1.9
CII BIBLIOTECA	20	1.8
CII FIC	20	1.8
CI EDUCAÇÃO	18	1.6
CII F ARTES VISUAIS	16	1.5
CATALÃO CI	16	1.5
CI ENGENHARIA	15	1.4
CI DIREITO	15	1.4
CII SERVIÇO VIGILÂNCIA	15	1.4
CII QUÍMICA	13	1.2
CII IESA	12	1.1
CII FAFIL/ FH/ FCS	12	1.1
CI ODONTOLOGIA	11	1.0
CII CENTRO DE AULAS	11	1.0
CII MÚSICA ARTES CÊNICAS	11	1.0
ESTACIONAMENTO DO CÂMPUS SAMAMBAIA	10	.9
CI FARMÁCIA	9	.8
CI MEDICINA	8	.7
CII INFORMÁTICA	8	.7
JATAÍ CIDADE UNIVERSITÁRIA	8	.7
CI CEU	8	.7
CI CENTRO DE AULAS	7	.6
CII R.U.	7	.6
CII FÍSICA	6	.5
CEGEF (CÂMPUS COLEMAR NATAL E SILVA)	5	.5

LOCAL DO FATO	FREQUENCIA	% VÁLIDA
CII FACE	5	.5
JATAÍ RIACHUELO	5	.5
CI NUTRIÇÃO	4	.4
CEGEF (CÂMPUS SAMAMBAIA)	4	.4
CI CEU (PÇA UNIVERSITÁRIA)	4	.4
CI IPTSP	3	.3
CI ENFERMAGEM	3	.3
CII CINEMA	3	.3
CII CENTRO CONVIVÊNCIA	2	.2
CII CORREIOS	2	.2
OUTROS JATAÍ	2	.2
CII CRECHE	1	.1
GOIÁS	1	.1
N/C	1	.1
NÃO CONSTA/ NÃO INFORMA	11	1.0
Total	1096	100.0

NFCRIVI

MEDO E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Instituição segura, espaços perigosos

Infraestrutura *x* Criminalidade

A presença da PM no Câmpus:
concordância *x* falta de confiança

Os conceitos de “segurança” e de “perigo” e suas particularidades parecem estruturar as representações sobre insegurança no interior da universidade. Isso porque a comunidade universitária, ao dar forma às suas representações sobre as violências conhecidas/noticiadas, vividas em diferentes situações/condições nas Regionais, o faz a partir de uma distinção entre “segurança” e “perigo”. Majoritariamente, a UFG é representada como uma instituição “segura”, mas há muitos relatos de situações e locais de “perigo”. A “segurança” é narrada, quase sempre, em relação ao contexto (estado/ cidade/ região, entorno). Já o “perigo” é vivido, quase sempre, devido a problemas de infraestrutura (iluminação, acesso, obras inacabadas) e/ou de serviços (vigilância, ouvidoria, departamentos).

Ao indicar que a UFG possui locais perigosos, a comunidade, majoritariamente, demonstra acreditar que a violência não aumentou na universidade nos últimos anos. O que ocorreu seria a exposição de todos a riscos, haja vista, os problemas da precariedade ou falta de manutenção ou mesmo da inexistência de dispositivos de controle. A seguir, são apresentados os achados que buscam sustentar essas inferências.

Instituição segura, espaços perigosos

A UFG é segura para 55,3% dos entrevistados. Somente na Regional Goiânia, ocorre uma divisão (49% x 48,8%) da comunidade em torno dessa representação. E em relação às categorias, são Professores/as (39,6%) e Técnicos Administrativos, TAEs (38,5%) que puxam para baixo a sensação de segurança no interior dos Câmpus. Chama a atenção o fato de 59,2% da comunidade universitária acreditar que a violência não aumentou em relação aos últimos anos e 3,9% acreditar que a violência chegou a diminuir nos últimos anos (Tabela 29). Novamente são os Professores/as (45,3%) e, principalmente, TAEs (53,8%) que puxam para cima a sensação de aumento da violência nos interiores dos Câmpus em um período recente.

Tabela 1. Você considera a UFG um local seguro?

		UFG	Regional			
			Goiânia	Goiás	Catalão	Jataí
Você considera a UFG um local seguro?	Sim	370	204	28	74	64
		55,3%	49,0%	93,3%	63,2%	60,4%
		55,3%	30,5%	4,2%	11,1%	9,6%
	Não	284	203	2	38	41
		42,5%	48,8%	6,7%	32,5%	38,7%
		42,5%	30,3%	,3%	5,7%	6,1%
	NSD/NR	15	9	0	5	1
		2,2%	2,2%	,0%	4,3%	,9%
		2,2%	1,3%	,0%	,7%	,1%
Total		669	416	30	117	106
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		100,0%	62,2%	4,5%	17,5%	15,8%

Tabela 2. Você considera a UFG um local seguro?

		UFG	Categoria			
			Professor (a)	Técnico (a)	Terceirizado(a)	Aluno (a)
Você considera a UFG um local seguro?	Sim	370	21	20	25	304
		55,3%	39,6%	38,5%	67,6%	57,7%
		55,3%	3,1%	3,0%	3,7%	45,4%
	Não	284	28	30	12	214
		42,5%	52,8%	57,7%	32,4%	40,6%
		42,5%	4,2%	4,5%	1,8%	32,0%
	NSD/NR	15	4	2	0	9
		2,2%	7,5%	3,8%	,0%	1,7%
		2,2%	,6%	,3%	,0%	1,3%
Total		669	53	52	37	527
		100,0 %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %
		100,0 %	7,9%	7,8%	5,5%	78,8%

Tabela 3. Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos

	UFG	Regional				
		Goiânia	Goiás	Catalão	Jataí	
Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos	Aumentou	197	183	0	9	5
		29,4%	44,0%	,0%	7,7%	4,7%
	Permaneceu como estava	29,4%	27,4%	,0%	1,3%	,7%
		396	171	23	101	101
		59,2%	41,1%	76,7%	86,3%	95,3%
		59,2%	25,6%	3,4%	15,1%	15,1%
	Diminuiu	26	21	1	4	0
		3,9%	5,0%	3,3%	3,4%	,0%
	NSD/NR	3,9%	3,1%	,1%	,6%	,0%
		50	41	6	3	0
		7,5%	9,9%	20,0%	2,6%	,0%
		7,5%	6,1%	,9%	,4%	,0%
Total	669	416	30	117	106	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	100,0%	62,2%	4,5%	17,5%	15,8%	

Tabela 4. Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos

	UFG	Categoria				
		Professor (a)	Técnico (a)	Terceirizado(a)	Aluno (a)	
Qual é a sua opinião sobre a violência na UFG em relação aos últimos anos	Aumentou	197	24	28	12	133
		29,4%	45,3%	53,8%	32,4%	25,2%
	Permaneceu como estava	29,4%	3,6%	4,2%	1,8%	19,9%
		396	26	18	20	332
		59,2%	49,1%	34,6%	54,1%	63,0%
		59,2%	3,9%	2,7%	3,0%	49,6%
	Diminuiu	26	1	5	3	17
		3,9%	1,9%	9,6%	8,1%	3,2%
	NSD/NR	3,9%	,1%	,7%	,4%	2,5%
		50	2	1	2	45
		7,5%	3,8%	1,9%	5,4%	8,5%
		7,5%	,3%	,1%	,3%	6,7%
Total	669	53	52	37	527	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	100,0%	7,9%	7,8%	5,5%	78,8%	

Entretanto, quando se trata de localizar “local considerado perigoso”, essas diferenças (Regionais Goiânia x Demais Regionais e Professores/as/TA’a x Terceirizados/as e Alunos/as) desaparecem: 61,1% (Tabela 26) de toda a comunidade localizam locais perigosos na UFG. Entre eles destacam-se: o Bosque: 30,6%; os estacionamentos (Samambaia/ Colemar Natal e Silva/ Jatobá/ Catalão): 8,3%; e os pontos de ônibus (Samambaia/ Colemar Natal e Silva/ Jatobá/ Catalão): 5,2 % (Tabela 26.1).

Em Catalão destacam-se quatro locais como perigosos: 77,4% da Regional e 8,6% do total da amostra. São eles: “Entre Blocos de Aula e Anfiteatro”: 3,9% (da UFG) ou 34% dos respondentes da Regional; “Região do RU /Prédios em construção”: 21,3% da Regional e 2,5% da UFG; “Entradas de Acesso ao Câmpus”: 10,6% da Regional e 1,2% da UFG; “Região da Biblioteca”: 8,5% Regional e 1,0% total da UFG (Tabela 26.1). Em Jataí, três locais representam 52,9% dos lugares perigosos (8,8% da amostra). A saber: “Entre os Blocos do Jatobá”: 5,6% em relação à UFG e 33,8% à Regional; “fazendinha”: 10,3% da Regional e 1,7% da UFG; “Entrada de Acesso Câmpus Jatobá”: 8,8% da Regional e 1,5% da amostra (Tabela 26.1).

Seguem falas das entrevistas em profundidade dos grupos focais que dão vida a esses números:

[...] em si não é perigosa. Então, assim, nunca aconteceu nada. Eu me sinto seguro também, comparando às outras cidades, outras metrópoles como Goiânia, Anápolis. (Grupo focal, Regional Cidade de Goiás)

[...] É incoerente, há uns anos atrás fomos convidados a fazer crachás, para quê? Ninguém usa, nem os dirigentes para dar exemplo. A mata, o estacionamento em frente à creche são menos seguros ainda. Local muito ermo, pouca iluminação. É um câmpus pouco iluminado à noite. Como não há nada que impeça, tem acontecido muita coisa. Se acontecer de me roubarem o carro, não tenho dúvida, eu entro com um processo contra a UFG na hora! Estou indo trabalhar e a UFG tem que me dar garantia que eu tenha sossego para isso! (Professor, 52 anos, REGIONAL GOIÂNIA).

O que sempre houve aqui foram pequenos furtos, às vezes furtos de materiais mais caros como Datashow, computadores etc. Isso a gente sabia que ocorria. Havia sempre uma preocupação em não deixar a bolsa em qualquer lugar. E olha só, estou no Câmpus 2 de 1978 até agora, e nunca tive essa preocupação, somente à noite. [...] Minha sensação à noite era de que não havia, por parte da Universidade, uma preocupação com as pessoas. As lâmpadas quando queimadas não eram substituídas, a iluminação era insuficiente, a vigilância é ainda somente dos prédios. [...] trata-se

de uma universidade que não se preocupa com as pessoas, somente com o patrimônio. Nesses momentos me senti insegura, fora isso, não. Sei que essa preocupação com segurança não ocorre somente aqui, sei que tem furtos nos carros. (Professora, idade não identificada, Goiânia).

Com relação à iluminação, tem alguns lugares que falta um pouco, principalmente ali, na entrada. À noite você não vê nada lá! (GRUPO FOCAL, REGIONAL CATALÃO)

Eu acho que os espaços vazios são sempre os menos seguros e os espaços mais escuros. Quando eu volto a pé, eu volto aqui por trás do núcleo (onde se dão as aulas da licenciatura intercultural) e lá é muito escuro e não tem calçada também, por exemplo, entendeu? Acho que o câmpus e os arredores não têm preocupação com pedestre. Tem lugares que não têm calçadas, lugares muito escuros. E acho que tudo isso gera muito essa sensação de insegurança (Professor, 40 anos, REGIONAL GOIÂNIA).

Infraestrutura x Criminalidade

Os três (03) principais motivos que produzem essa sensação de perigo dizem respeito a problemas referentes a infraestrutura/ ocupação: 68,9% do total (Tabela 26.2.1): a “falta de iluminação” (36,4%), o local ser “ermo” (21,3%) ou “ausência de vigilantes/ vigilância” (11,2%). Para os alunos(as) o principal motivo é “falta de iluminação” com 39,1%. Para as/os docentes é “ausência de vigilantes (20%); e para os/as terceirizadas(os) o “local ermo” atinge 26,1%.

Motivos associados à criminalidade não ultrapassam 20,3%. São eles: “local de consumo de drogas” 8,1%; “práticas de crimes” 7,8%; e “presença de traficantes/ local de tráfico de drogas” 4,4%. Os/as TAEs temem “presença de pessoas desconhecidas” e “presença de traficantes/ local de tráfico de drogas” (ambos 10,3%). Para docentes, o local é perigoso devido a “práticas de crimes” (14,3%); e para os/as terceirizadas(os), o “consumo de drogas” é o principal responsável pelo perigo (17,4%).

Os 10,8% restantes atribuem o perigo à: “presença de pessoas desconhecidas” (7,6%) ou “não opinaram/responderam” (3,2%). Seguem falas das entrevistas em profundidade dos grupos focais que expressam esses números:

Eu acho que é aí que vem o filtro das coisas. Por exemplo, tem pessoas que têm conhecimento e tudo e é aberto a todos, mas só que tem pessoas aqui que não entram com nenhum intuito de estudar nada. Muitas pessoas que vêm aqui é justamente pelo

tráfico de drogas, igual eu vi comentário de vender uma arma e tal, e é tudo comentário de traficante aqui dentro da faculdade. Então é complicado porque esses traficantes não vêm aqui pra receber nenhum conhecimento e nem nada, ele vem aqui pra vender droga ou ficar de rixa entre eles, você entende? Então aí eu já acho complicado, a gente não tem que fechar o âmbito aqui pras pessoas, mas também a gente receber qualquer pessoa aqui na faculdade que vem chega com arma, chega com droga, chega com não sei o que, isso também... eu acho complicado. (GRUPO FOCAL, REGIONAL GOIÂNIA)

Eu acho assim, tudo bem isso aí é um planejamento muito distante, eu acho que a gente precisa de solução imediata. O que eu vejo como uma solução imediata é uma própria revitalização do espaço. Escolher esses espaços onde são escolhidos, sabe? Nossa! Esses espaços que foram abandonados, por exemplo, o bosque, ou enfim, outros espaços, e criar ambientes que estimulem a própria movimentação (...) Existem outras oportunidades, shows culturais, intervenções... fazer essa movimentação acontecer pra evitar ficar abandonado. (GRUPO FOCAL, – REGIONAL GOIÂNIA)

Uma vez a gente estava no Bosque a menina desceu da moto com uma arma, ficou parecendo até um filme, fiquei assim uau!... a moto chegou e a mulher já pulou e foi cena de filme procurando o cara (...) no ano passado. Ela pulou da moto e procurando algum traficante. Ela desceu no meio de tudo mundo. Eu pensei: se tiver que morrer vou morrer. Meus amigos estavam no meio do Bosque. Eu vi e não tinha mais ninguém mais em volta. Ela começou a gritar e montou na moto. Se realmente tivesse segurança ela não teria entrado assim armada aqui dentro da faculdade. Já vi traficantes brigando aqui dentro, com problemas assim. Mas, nada que me prejudicasse. Mas se ela resolvesse disparar aquela arma ali. Outra vez eu vi eles discutindo ali na mesa e tal, falou que iria buscar arma e tal, mas assim eu saí e não vi o que aconteceu. Mas, esse dia eu me preocupei muito, porque se a pessoa resolvesse atirar, eu seria a primeira vítima. Em termos de segurança tem coisas assim que são roubadas, se a segurança fosse 100% isso não aconteceria. (GRUPO FOCAL, REGIONAL GOIÂNIA)

A presença da PM no Câmpus: concordância x falta de confiança

Essa é uma questão que cinde a universidade em grupos e em diferentes possibilidades de recortes. De um lado, pouco mais de um terço da comunidade universitária tem total concordância (37,7%) com a afirmação: “A polícia militar poderia atuar livremente na UFG!” (Tabela 44.1). Contudo, aqueles que concordam em parte, ou seja, que concordam mas condicionam de alguma maneira a atuação da PM, atinge-se o

índice de 27,5% (em parte). De outro, pouco mais de vinte por cento (20,8%), discordam totalmente da livre atuação da PM na UFG. Aqueles que discordam em parte dessa afirmação são 9% (Tabela 44.1). Contudo, essa divisão, um grupo que majoritariamente concorda com a atuação da PM e outra, minoritária, que discorda, desaparece ao ser perguntada se a pessoa confia na Polícia. O que antes dividia, agora unifica. Veja:

1. De concordância. 65,2%, concordam na totalidade e em parte, com a afirmação “A polícia militar poderia atuar livremente na UFG!”. Índice que é sustentado, principalmente, pelas Regionais Jataí (85,8%) Catalão (70,1%). E pelas categorias de terceirizados(as) (83,8%) e de professores(as) (77,3%) (Tabela 44.1);
2. De desconfiança. 63,2% da comunidade universitária (Tabela 42) afirma não confiar na polícia. Principalmente Alunos(as) (64,9%) e TA's (63,5%).

Tabela 5. A polícia militar poderia atuar livremente na UFG

		UFG	Regional				
			Goiânia	Goiás	Catalão	Jataí	
A polícia militar poderia atuar livremente na UFG	Concordo totalmente	252	120	11	58	63	
		37,7%	28,8%	36,7%	49,6%	59,4%	
	Concordo em parte	184	127	5	24	28	
		27,5%	30,5%	16,7%	20,5%	26,4%	
	Nem concordo e nem discordo	34	27	0	7	0	
		5,1%	6,5%	,0%	6,0%	,0%	
	Discordo em parte	60	42	4	10	4	
		9,0%	10,1%	13,3%	8,5%	3,8%	
	Discordo totalmente	139	100	10	18	11	
		20,8%	24,0%	33,3%	15,4%	10,4%	
	Total	669	416	30	117	106	
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
			100,0%	62,2%	4,5%	17,5%	15,8%

Tabela 6. A polícia militar poderia atuar livremente na UFG

	Categoria					
	UFG	Professor (a)	Técnico (a)	Terceirizado(a)	Aluno (a)	
A polícia militar poderia atuar livremente na UFG	Concordo totalmente	252	22	20	22	188
		37,7%	41,5%	38,5%	59,5%	35,7%
	Concordo em parte	184	19	15	9	141
		27,5%	35,8%	28,8%	24,3%	26,8%
	Nem concordo e nem discordo	34	2	1	1	30
		5,1%	3,8%	1,9%	2,7%	5,7%
	Discordo em parte	60	1	3	3	53
		9,0%	1,9%	5,8%	8,1%	10,1%
	Discordo totalmente	139	9	13	2	115
		20,8%	17,0%	25,0%	5,4%	21,8%
	Total	669	53	52	37	527
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		100,0%	7,9%	7,8%	5,5%	78,8%

Tabela 7. Você confia na polícia?

	Categoria					
	UFG	Professor (a)	Técnico (a)	Terceirizado(a)	Aluno (a)	
Você confia na polícia	Sim	239	22	19	18	180
		35,7%	41,5%	36,5%	48,6%	34,2%
	Não	423	31	33	17	342
		63,2%	58,5%	63,5%	45,9%	64,9%
	NSD/NR	7	0	0	2	5
		1,0%	,0%	,0%	5,4%	,9%
	Total	669	53	52	37	527
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		100,0%	7,9%	7,8%	5,5%	78,8%

Assim, a forte concordância com essa afirmação (“A polícia militar poderia atuar livremente na UFG!”), está dissociada de uma imagem positiva da polícia entre a comunidade universitária: 63,2% da comunidade universitária afirma não confiar na polícia. Se não é o grau de confiança na instituição policial que sustenta a concordância com a sua atuação livre na UFG, de onde vem esse majoritário apoio?

As respostas às afirmações sobre infraestrutura de segurança indicam que a concordância majoritária pela livre atuação da PM na UFG pode estar mais em função da falta de investimento e/ou presença institucional da UFG:

- 80,3% concordam (na totalidade, 51,7%, ou em parte, 28,6%) que “Sistemas de videomonitoramento deixariam a UFG mais segura” (Tabela 44.3);
- 78,3% concordam (na totalidade, 48,3%, ou em parte, 30%) que “Contratar vigilância privada dá mais segurança à população da UFG” (Tabela 44.2).

Esses índices de concordância estão acima daqueles relacionados à livre atuação da PM na UFG (37,7%). A falta de dispositivos de controle e/ou o foco apenas patrimonial da atuação da vigilância terceirizada, situações descritas como de abandono ou omissão interna, acabam por legitimar/ justificar a atuação de uma instância em que recai um julgamento majoritariamente não confiável:

Acho que a PM funciona mais como repressão do que como uma questão de segurança. Quantas vezes eu já não vi PMs aqui na Praça Universitária traficando, entendeu, conversando com traficante, então como que um PM entra no câmpus e encontra um traficante que fica no bosque, aos arredores ele com certeza, com certeza não, mas assim tem uma chance dele acabar pegando a droga pra vender, então assim, quando você vê um PM traficando você denuncia pra quem? Pra polícia? Você fica de mãos atadas, você não sabe o que fazer. (GRUPO FOCAL, REGIONAL GOIÂNIA)

[...] Quando eu vejo uma viatura aqui eu fico preocupado. Eu fico preocupado quanto estou na periferia à noite, se eu vejo uma viatura da Polícia eu fico preocupado também. Eu tenho mais medo deles do que dos usuários de crack ou de qualquer outra droga. Ou de quem vende. Eu não tenho medo deles. Eu ando tranquilamente. Esses dias eu topei com a polícia aqui e eles quase quebraram o pescoço só de tanto ficar me olhando. Vai me abordar, será que vão me abordar? (GRUPO FOCAL, REGIONAL CATALÃO)

Eu acho bem complicado. Eu acho que a instituição policial ela anda muito precária. Eles estão abordando mais a violência com a violência do que a violência como sentido de proteção. Então, enquanto a instituição policial militar não se reformular, ela não tem que intervir num espaço de conhecimento. Acho que a gente tem que fazer de tudo pra que aqui continue sendo um espaço de paz, de harmonia, sem que sejam necessárias outras instâncias pra nos proteger, entendeu. (GRUPO FOCAL, – REGIONAL GOIÁS)

Essa leitura inicial dos dados produzidos permite inferir que, onde há vigilância e infraestrutura (câmeras, iluminação, passarelas, porteiros/ vigias), há sensação de segurança. Quando esse tipo de aparato diminui ou inexistente, a representação de perigo projeta-se sobre a instituição (o perigo que se projeta é direcionado a lugares e instâncias específicas da universidade).

O perigo faz ronda nos estacionamentos, está fora dos prédios e no entorno dos câmpus e mora no Bosque Auguste de Saint-Hilaire. Mais ainda, imputa-se mais diretamente como causa da sensação de perigo a falta de infraestrutura (iluminação, câmeras, vigilantes) do que as ocorrências e/ou divulgação de crimes ou a presença de criminosos (tráfico e consumo de drogas).

É essa ausência de qualquer monitoramento (o que está fora dos prédios) ou completamente abandonado (Bosque) ou uma região próxima, desassistida por esses mesmos equipamentos (bairros vizinhos ao câmpus) que parece contaminar a imagem da UFG como lugar perigoso:

Agora a questão da identificação eu acho importante realmente. Até porque quando a gente pega aquele manual de estudante tá dizendo que a gente não pode trazer ninguém que não esteja incluído na universidade, ou seja, pessoa estranha pra dentro da sala de aula. Ou seja, se tivesse identificação evita de estar acontecendo essas coisas. Não pra oprimir ou restringir a entrada de pessoas, mas pra ter esse controle de quem entra e quem sai, até pra gente se sentir mais seguro, eu acho que seria o melhor. (GRUPO FOCAL - REGIONAL GOIÁS)

Tipo assim o Estrela Dalva (bairro vizinho), esse que é chegando na cidade aqui é perigoso pra carai, só tem malandro. Chegando pra lá né. A hora que estoura uns foguetes lá ta chegando maconha. Como é que chama aquele ali do lado do Javel? Ali do lado do presídio é. Ali é assim: a hora que a maconha chega, o primeiro lugar que você vê o fogo comer é la no Estrela Dalva. Assim lá é o point né, lá é traficante, lá é ladrão é tudo[...] [...] Ali tem um acesso, tem uma ponte, tem acesso ao Estrela Dalva que é um

bairro mais perigoso, pra dentro da universidade, não tem nenhum controle, não tem portaria, não tem porra nenhuma. (GRUPO FOCAL, REGIONAL JATAÍ)

E o lugar que é menos seguro é o bosque eu acho, a presença dos traficantes porque você não sabe se o pessoal tá ali só pra vender, se ela vai te roubar, se ela vai te dar um tiro, se ela vai te da uma facada por que vai que você olha torto, porque eu não conheço (GRUPO FOCAL, CAMPUS COLEMAR)

NECRIVI

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE
CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

POLÍTICA DE SEGURANÇA EM OUTRAS UNIVERSIDADES

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade de São Paulo

Universidade Federal de Minas Gerais

1 – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

1.1 – Levantamentos in loco

Ao chegar ao câmpus universitário da Trindade, sede da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com o objetivo de se entender as políticas da instituição quanto à segurança e ao combate à violência, nota-se, já de início, uma peculiaridade. A UFSC é um raro caso de universidade federal que possui um departamento voltado ao tema, o Departamento de Segurança Física e Patrimonial (DESEG).

O departamento em questão opera com relativa autonomia e volta-se, preponderantemente, às ações de monitoramento e de inteligência. Há uma robusta central dedicada ao acompanhamento e armazenamento de imagens, que permite o acesso à captação efetivada por 1.117 câmeras distribuídas pelo câmpus. Abaixo, uma imagem da central de monitoramento:

No que tange às práticas de inteligência e de organização informacional, o DESEG/UFSC procede a ações como elaboração de estatísticas criminológicas e cadastros de pessoas, em especial usuários de drogas. No ano de 2013, por exemplo, 34 (trinta e quatro) alunos e 94 (noventa e quatro) pessoas pertencentes à comunidade externa foram cadastradas sob esse critério. Os dados correspondentes são armazenados em arquivos com fotografias, nomes e apelidos. Ao menos quanto aos estudantes, o DESEG informou que não há uma disponibilização espontânea das informações para outros órgãos ou autoridades. Há, de qualquer modo, uma cooperação, em plano informal, com agentes policiais, em especial quanto à identificação de áreas ou regiões das imediações do câmpus que podem se revelar mais sensíveis à ocorrência de crimes.

Fica nítida, na cultura institucional, uma separação entre a dinâmica política própria à universidade – e seus processos decisórios, como plebiscitos e consultas à comunidade – e o DESEG. Não são comuns audiências públicas, comissões permanentes ou fóruns com representação da comunidade acadêmica para tratamento de temas como segurança e violência.

Um problema recorrentemente enunciado por estudantes, técnicos administrativos, docentes e vigilantes ouvidos durante o trabalho de campo diz respeito ao uso e suposto comércio de drogas em um bosque localizado nas dependências do câmpus. Em visita ao local, notou-se que os espaços mais frequentemente associados aos problemas mencionados são aqueles em que há insuficiente iluminação, vegetação não podada e poucos equipamentos, como mesas e praças de convívio.

A relação entre policiais e frequentadores do câmpus é menos associada à questão da criminalidade, para recair, em quase todas as conversas travadas em campo, sobre o episódio de um enfrentamento entre a Polícia Federal e integrantes da comunidade universitária, ocorrido em 25 de março de 2014. O caso ensejou uma nota de repúdio exarada pela Reitoria da instituição, em objeção ao modo como a força policial teria se comportado. Os profissionais do DESEG, contudo, quando ouvidos, pareceram guardar uma relação de maior identificação com a visão policial dos fatos, em oposição à leitura esposada por seus superiores hierárquicos na instituição.

A observação da realidade da UFSC *in loco* permitiu o levantamento do seguinte inventário de elementos que, de algum modo, poderiam contribuir para a formulação de uma política de segurança na UFG:

- i) Os vigilantes se ressentem da não ocorrência de concursos públicos para o respectivo cargo e da precarização atinente à crescente terceirização das suas atribuições;
- ii) A existência de um departamento destinado à questão da segurança é recebida, em geral, como um avanço institucional que, todavia, se mitiga pela falta de mecanismos de integração com as demais esferas acadêmicas e de *accountability*, por um lado; e pela falta de servidores de carreira, por outro lado;
- iii) As áreas não ocupadas, não iluminadas e sem clara presença da administração universitária com atividades de ensino, pesquisa e extensão são as mais vulneráveis do câmpus e;
- iv) A presença policial no câmpus é fator não apenas de polêmica, mas foi alvo de um dos mais intensos conflitos já ocorrentes na história da instituição, o que levou a Reitoria a rechaçar, expressamente, a conduta de agentes e delegados federais.

De modo específico, quanto aos dois elementos em questão na pesquisa, a UFSC se comporta nos termos abaixo apresentados.

1.2 - Existência ou não de uma política formal e abrangente para prevenção e controle da violência no câmpus e seu entorno

O Estatuto da Universidade é omissivo quanto ao tema da segurança e violência. Já o Regimento Geral, datado de 1969, embora não contemple menção expressa ao assunto, estabelece no artigo 25 que compete ao Conselho da Unidade “[...] X. deliberar sobre providências preventivas, corretivas ou supressivas de atos de indisciplina coletiva (UFSC, 1969)”.

Como já exposto a UFSC possui o Departamento de Segurança Física e Patrimonial. O órgão é responsável pelo planejamento, execução, fiscalização, controle ou avaliação de projetos, além de pela realização de atividades em assistência, assessoria, fiscalização, perícia e suporte técnico-administrativos a projetos e atividades, pela elaboração dos planos de segurança e normas reguladoras da segurança, pela realização de operações preventivas contra acidentes, pela execução de atividades de defesa patrimonial, pelas investigações e registro das anormalidades, registros de ocorrências de sinistros, desvios, furtos, roubos ou invasões, atuação em postos de segurança instalados nas entradas, portarias e vias de acesso e por outras atividades de mesma natureza. Observa-se que a previsão protetiva envolve patrimônio e segurança física.

A UFSC considera que a principal função da segurança na universidade é prevenir riscos e perigos, e que não se pode confundir segurança institucional com segurança patrimonial. Trabalha-se na perspectiva da segurança institucional, que compreende envolver uma estrutura tridimensional, por envolver a segurança física (patrimonial – material e físico), a segurança estratégica (inteligência – proteção de patrimônio invisível, o ensino a pesquisa e a extensão) e a segurança especial (complementar – que está relacionada à segurança) (UFSC, 2014). De fato, o diretor do DESEG, quando entrevistado, era enfático quanto à dimensão mais ampla de suas atribuições, excedendo-se, assim, à esfera de guarda ou proteção patrimoniais.

1.3 – Presença ou não de policiamento militar rotineiro dentro da instituição

Não há um convênio administrativo formalmente celebrado com a Polícia Militar. O próprio DESEG registra a ocorrência de delitos, conforme boletim que segue modelo semelhante ao empregado por forças policiais. Em geral, diante de situações delitivas, orienta-se a vítima a registrar, além do boletim interno ao DESEG/ UFSC, uma segunda ocorrência no 5º Distrito Policial, localizado nas proximidades do câmpus.

Há um trabalho de investigação, monitoramento e vigilância por parte do DESEG que, quando necessário, recorre às forças policiais. Não são comuns rondas ou presenças ostensivas de viaturas no câmpus.

2 - USP – Universidade de São Paulo

2.1 – Levantamentos *in loco*

A maior universidade do Brasil, embora se trate de instituição estadual, se afigura de ímpar relevância para um estudo dedicado à compreensão da maneira como a questão da segurança é tratada em universidades públicas brasileiras. É possível estatuir que tudo o que ocorre em outras instituições se manifesta, em escala usualmente ampliada, na Universidade de São Paulo (USP).

A visita à USP enseja uma primeira e importante lição. A ideia de que cada unidade acadêmica deve gerir um aparato próprio de vigilância e de segurança nem sempre produz resultados adequados e, muito provavelmente, inviabiliza a eficiência de mecanismos de controle ou *responsividade* sobre os agentes voltados ao tema. A breve narrativa a seguir auxiliará na justificação dessa assertiva.

À época em que se empreendeu o levantamento de campo na sede da USP, vivia-se, no âmbito da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária (SPPU), um momento de transição administrativa e política. Tratava-se, nas palavras de profissionais que trabalham no órgão, do fim de um período que definiram como “era dos coronéis”. Após anos sob a gestão de oficiais superiores da Polícia Militar, no contexto dos quais os dados sobre criminalidade no câmpus cresceram ao mesmo elevado ritmo dos conflitos entre estudantes e a PM, a antropóloga Ana Lúcia Pastore, especialista em criminologia, assumiria a SPPU. A docente fora assessorada por Guaracy Mingardi, um dos maiores especialistas em segurança pública do país, com experiência em funções como Subsecretário Nacional de Segurança Pública, Secretário de Segurança do Município de Guarulhos, investigador de polícia e formação como doutor em ciência política pela USP.

Um dos principais objetivos da gestão em questão cingia-se à ampliação da Guarda Universitária¹, integrada por profissionais pertencentes a uma carreira específica, provida

1

As atribuições dos agentes da Guarda Universitária são, conforme se extrai da regulamentação de suas carreiras, as seguintes: “Exercer vigilância no Campus, percorrendo e inspecionando o para garantir a segurança de pessoas e bens. Prestar apoio à realização de eventos em áreas do Campus, exercendo vigilância, orientando o tráfego e outros. Orientar tráfego dentro do Campus, em ocasiões especiais. Exercer tarefas de controle da ocupação do espaço interno e do entorno da moradia universitária. Desenvolver junto aos moradores ações preventivas e de segurança integradas às ações de prevenção e assistência social. Atuar como mediador nos conflitos existentes entre os moradores. Prestar ações de primeiros socorros, quando necessário. Acionar supervisores, caso haja algum acontecimento suspeito, ou acidente de gravidade. Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados, visando à elaboração de relatórios e controles diversos. Fiscalizar a movimentação de veículos nos estacionamentos e vias da USP, tomando as providências necessárias para qualquer fato anormal. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção

segundo concursos públicos. A ideia, em síntese, seria permitir que a USP contasse com uma política de segurança própria, antes de se caracterizar como perfilamento das decisões estratégicas adotadas no âmbito da Polícia Militar.

Em visita técnica ao câmpus, pode-se observar os problemas atinentes ao controle da criminalidade e da violência em uma cidade universitária de dimensões superlativas, localizada na tão complexa quanto violenta cidade de São Paulo. O controle das inúmeras portarias (em especial, daquelas onde o acesso é restrito aos pedestres), dos pontos de ônibus, das obras abandonadas e das regiões menos adensadas se revela, na USP, como um dos principais desafios no âmbito da segurança. Ademais, é difícil organizar e centralizar dados sobre criminalidade ou violência, ao tempo em que algumas unidades, em especial aquelas ligadas à área da saúde, contam com estrutura própria e hermética de vigilância e proteção patrimonial. Um exemplo indica o caráter anti-gerencial desse atributo: ao ingressar, em viatura da Guarda Universitária da USP, com servidores de chefia da SPPU, nas dependências da Faculdade de Medicina, fomos abordados por seguranças privados, vinculados a uma empresa terceirizada, que nos exigiram identificação. O prosseguimento do itinerário só se deu após a obtenção de uma autorização via rádio.

Em janeiro de 2015, após denúncias de reiteradas práticas de estupro na Faculdade de Medicina da USP, a Reitoria da instituição exonerou Ana Lúcia Pastore². A Superintendente pretendia realizar audiências públicas sobre a situação. Foi nomeado, em substituição, um professor com doutorado em “Anatomia dos Animais Silvestres e Domésticos” e nenhuma experiência em segurança, violência, criminalidade ou direitos humanos. Uma das primeiras medidas da nova gestão foi a realocação de oficiais da PM na SPPU.

O caso da USP sugere que o problema da criminalidade não se resolve ou se mitiga com a simples presença de policiamento ostensivo no câmpus. Naquela universidade, essa prática sempre ocorreu, sem claros resultados positivos. Por outro lado, a política de uma guarda universitária própria, com carreira bem definida e submetida a controles e processos decisórios internos, poderia ter apresentado resultados promissores. A ampliação da guarda foi, contudo, interrompida juntamente com o curso de uma gestão que entendeu a questão da violência para além do âmbito patrimonial e decidiu lidar com práticas criminosas – como estupros – há muito silenciadas ou impunes.

apropriados, quando da execução dos serviços. Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho. Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.”

² A docente, então superintendente da SPPU, possui, aliás, um livro publicado sobre o crime de estupro, assunto, portanto, acerca do qual já empreendera pesquisa científica.

O caso sugere uma relação entre democratização das instâncias universitárias e redução de violência, em especial quando se trata de crimes praticados de modo contumaz por integrantes da comunidade universitária e movidos por formas dominadoras de gênero, raça ou classe.

2.2 - Existência ou não de uma política formal e abrangente para prevenção e controle da violência no câmpus e seu entorno

Na Universidade de São Paulo (USP,) há algum tratamento do tema em sede de Regimento (Regimento Geral da Universidade de São Paulo. Resolução nº 3745, de 19 de outubro de 1988) e Estatuto (Estatuto da Universidade de São Paulo. Resolução nº 3461, de 7 de outubro de 1988), como abaixo se pormenoriza.

O Estatuto da Universidade de São Paulo, após a alteração trazida pela Resolução nº 6061, dispôs, em seu artigo 34, XII, sobre a implementação da a Superintendência de Segurança, vinculada diretamente à Reitoria, com sede na Cidade Universitária.

O Regimento Geral, alterado pela Resolução nº 5493/2008 acrescentou a previsão no artigo 27-C da responsabilidade dos Conselhos Gestores dos câmpus de “definir normas de segurança no câmpus [...]”. Na sequência, por meio da Resolução nº 6062/2012, acrescentou-se à “Seção XIII-C – Da Superintendência de Segurança“, o artigo 38-C, onde se lê que ela é responsável por “[...] planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à segurança patrimonial e pessoal no âmbito da Universidade de São Paulo”. (USP, 2012b)

O Regimento relembra ainda o vínculo da Segurança diretamente à Reitoria da USP no artigo 253.

Em 24 de maio de 1984, o Reitor baixou a portaria GR 1616, que criou a Central de Operações no Câmpus Butantã, e em seguida implantou o primeiro programa de Segurança para o Câmpus, cujas principais atividades eram operacionalizar o sistema viário do câmpus, fiscalizar e fazer a segurança das atividades nas áreas comuns por meio de rondas programadas e postos fixos, implantar serviços de apoio à manutenção e conservação das áreas comuns, bem como serviços de informação à comunidade, além de fiscalizar o uso e ocupação do solo por ambulantes. Nesta Portaria GR nº 1616, ou seja, desde 1984, como se pode observar no artigo terceiro deste documento, a vigilância na USP acontece articulada com a Secretaria de Segurança Pública, por meio da atuação das Polícias Civil e Militar, quando, no câmpus, ocorrer qualquer situação de natureza policial.

O Estatuto atual, criado em 1988, já consigna previsões sobre “segurança”. Percebe-

se que no decorrer do tempo foram aprimoradas as normativas da instituição. Em 1999, com o aumento de ocorrências no câmpus, a Reitoria criou o Conselho de Qualidade de Vida e Segurança da Cidade Universitária, com a expectativa de renovar a segurança na USP. À época o *Jornal da USP* descrevia a segurança como composta por 51 pessoas da Guarda Universitária, 341 pessoas de empresas privadas, 560 porteiros e vigias, um destacamento de 15 homens da Polícia Militar. Foi, igualmente, nesse período que se deu a instalação das primeiras câmeras de vídeo.

Em 2000, os agentes de segurança tornaram-se a Guarda Universitária. Em 2002, criou-se o Grupo de Estudos Técnicos de Segurança para registrar e catalogar os casos (GETS tornou-se inativo em 2012). Já em 2011, foi assinado um Convênio com duração de cinco anos para a implementação do Policiamento Comunitário na USP em parceria com a Polícia Militar e, em 2012, o Departamento de Segurança, se tornou Superintendência de Segurança. Desde então, continuaram-se as alterações normativas tendentes à criação de órgãos e ao acréscimo de atribuições, o que não guardou significativa projeção fática ou material, ao tempo em que as alterações deontológicas e burocráticas não foram acompanhadas de medidas como contratação de guardas universitários ou significativo acréscimo no aporte de recursos para o tema.

Mais recentemente, em maio de ano de 2014, verificou-se a instituição da Portaria GR nº 6550, que cria o Grupo de Trabalho sobre Segurança (GT-Segurança). A atribuição principal do GT era a avaliar a questão da segurança pessoal e patrimonial de interesse da comunidade da Universidade de São Paulo. O GT culminou na elaboração de um relatório³ que previa uma política de fortalecimento da guarda universitária e combate aos crimes praticados pela própria comunidade, em especial as reiteradas práticas de violência contra mulheres em festas e ritos de passagens estudantis. Um trecho do documento previa como resultado esperado da nova política de segurança a consubstanciação do entendimento de que

A USP não pode se calar diante de abusos e desrespeitos os direitos no interior de seus *campi*, em especial entre setores de sua própria comunidade. Demonstrações de que a Universidade está atenta e ativa nessa direção devem ser fartamente alardeadas.

As normativas da USP, com a exceção do documento acima referido, cuja publicação coincidiu com a exoneração da superintendente da SPPU, não traduzem uma política de longo prazo sobre violência e segurança. Há, ao contrário, um somatório de medidas

³ A íntegra do documento pode ser encontrada no seguinte elo:
<http://www.adusp.org.br/files/docs/pol_sec_Ana.pdf>.

adotadas em períodos relativamente curtos e com alcances estreitos, sem a devida avaliação quanto aos efeitos provocados por políticas e práticas passadas ou um prognóstico controlado sobre o que se espera das novas alternativas. Não há, igualmente, fóruns abertos à comunidade para discussão e formulação de decisões sobre o tema. Desde janeiro de 2015, a matéria parece ter voltado à esfera policial, após um lampejo de abertura da questão para novas práticas, como audiências públicas e consultas à comunidade acadêmica.

2.3 - *Presença ou não de policiamento militar rotineiro dentro da instituição*

A USP é um caso peculiar em relação à presença da PM nas respectivas instalações. Primeiramente, tem-se que a Polícia Militar realiza rondas frequentes no câmpus Butantã e, não raramente, envolve-se em conflitos de ordem política próprios à instituição⁴. Este é um traço comum à relação entre instituições universitárias públicas e Polícia Militar. A particularidade, contudo, reside no fato de que a PM, por meio de oficiais egressos dos seus quadros⁵, ocupa, com frequência, posições de destaque na SPPU, de tal ordem que, ao longo dos anos, a política de combate e redução da criminalidade na instituição se torna uma função da doutrina e da cultura próprias à Polícia Militar. A criação de uma Guarda Universitária ao final da ditadura militar, com o fito de se estabelecer um policiamento mais *accountable*, acabou por não alcançar os seus propósitos, tendo em vista que a PM continuou a atuar na universidade, não apenas em questões diretamente ligadas à criminalidade, mas, igualmente, em conflitos de ordem política.

Segundo o sindicato dos docentes da instituição, a vinculação da segurança na USP à Polícia Militar sofreu, em 2014, uma breve inflexão em favor de uma valorização da Guarda Universitária. Esse processo, todavia, ter-se-ia interrompido no início de 2015. Confira-se:

A professora da FFLCH pretendia democratizar as ações da GU e aproximá-la da comunidade acadêmica. Mas a visão da Reitoria é outra, como evidencia a solução encontrada para enfrentar as baixas provocadas na GU pela adesão de guardas ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV). Para sanar a defasagem no efetivo, segundo denúncia dos próprios guardas ao Sintusp, o policiamento da USP foi incrementado com mais 30 policiais

⁴ O vídeo disponível no elo a seguir, por exemplo, retrata uma ação da PM na sede do Diretório Central dos Estudantes – DCE, quando uma questão de ordem interna à vida acadêmica, atinente à desocupação ou não das instalações para que uma reforma tivesse lugar, fora resolvida como matéria de ordem policial: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/pm-agride-e-aponta-arma-para-estudante-no-campus-da-usp,4588ac68281da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>.

⁵ Em 2012, o superintendente da SPPU e seus três assessores eram coronéis da PM.

militares – e um tenente da Polícia Militar passou a ocupar uma sala na Reitoria, supostamente para ficar à disposição do reitor (ADUSP, 2015).

3 – UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

3.1 - Levantamentos in loco

A Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG é um arquetípico caso de instituição que cresceu significativamente nos últimos anos, ampliando, em especial, as respectivas vagas no curso noturno.

No ano de 2012, segundo nota oficial expedida pelo então reitor, Clélio Campolina, 15% (quinze por cento) do orçamento de custeio da universidade era dedicado às atividades de segurança, que abarcavam um total de 899 (oitocentos e noventa e nove) funcionários e um valor nominal de 15 (quinze) milhões de reais. Há, ademais, um convênio com a cavalaria da Polícia Militar, para patrulhamento ostensivo do câmpus.

A visita efetivada no mês de abril de 2015, contudo, evidenciou um quadro aparentemente distinto. Em março de 2015, as aulas do curso de História da universidade foram suspensas, após sucessivas denúncias veiculadas na imprensa local sobre a ocorrência de tráfico de drogas e outros delitos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH. Nas imediações da unidade, ademais, ocorre uma informal festa estudantil desde o ano de 2008, denominada “Na Tora”. O evento tem lugar em um amplo gramado, com pouca iluminação e atrai, tipicamente, às grandes festas, pequenos delitos e consumo de drogas. A instituição, contudo, oscila entre proibi-lo (como fez por meio da Portaria de número 34/2011, que tornou defesa <COMPROVAR ESTA PALAVRA a realização de festas no câmpus), ou tolerá-lo silenciosamente, sem ofertar apoio logístico ou humano. Medidas como iluminação do local, construção de espaços para festas estudantis ou criação de projetos de extensão associados ao “Na Tora”, com efeito, jamais foram implementadas.

A Faculdade de Ciências Econômicas – FACE é contígua ao prédio da FAFICH. Ali, todavia, não se reportam problemas da natureza dos acima narrados. Há duas hipóteses explicativas para o fenômeno: i) a unidade conta com uma biblioteca que funciona durante 24 horas, de modo que, ininterruptamente, há trânsito de pessoas envolvidas em atividades acadêmicas e; ii) é permitido o acesso universal ao edifício, mas exige-se identificação dos ingressantes nas respectivas dependências. Como um fator de controle a atestar a potencial relevância da hipótese “i”, acima cogitada, tem-se o prédio da Faculdade de Letras – FALE, igualmente contíguo à FAFICH e desprovido de mecanismos de controle de acesso.

Há, também, naquela unidade, uma biblioteca com funcionamento 24 horas. Trata-se de local onde, tampouco, verificam-se problemas da natureza dos ocorrentes na FAFICH.

Segundo informações do sindicato de vigilantes de Belo Horizonte, a universidade teria reduzido nos últimos anos, em função do corte de despesas, 30% (trinta por cento) do seu efetivo de agentes de segurança. Diante desse dado, divulgado em março de 2015, a instituição não publicou uma nota homóloga à que se menciona acima. Ao contrário, afirmou que os dados sobre o número de vigilantes eram sigilosos, por razões estratégicas, de modo que o corte não podia ser negado ou confirmado. Não se conhece, todavia, procedimento de classificação dessa informação, na forma do artigo 28 da Lei de Acesso à Informação.

A visita técnica à FAFICH/ UFMG permitiu a identificação de um ambiente em que todas as pessoas ouvidas – vinculadas a campos profissionais e ideológicos distintos ou mesmo opostos – manifestavam-se preocupadas com a segurança na unidade, em especial durante o período noturno. Uma palavra frequentemente ouvida era “abandono”. Os delitos ocorrem, segundo informaram estudantes, docentes, técnicos e vigilantes ouvidos, em locais pouco iluminados, ou em salas com infrequente utilização. Este foi o caso, por exemplo, da sede do Diretório Acadêmico. Diante da falta de pessoas para gerirem o local e sem funcionários para ser administrada durante a noite, a sala em que a entidade estudantil deveria funcionar tornou-se um espaço vulnerável.

Durante os anos 90 do século XX, a administração universitária, por meio de uma fundação de apoio, disponibilizava aos diretórios acadêmicos um/a funcionária/o para dar expediente em suas salas/sedes, de modo a atender discentes, organizar o espaço e agendar reuniões ou atividades no local. À época, não houve notícias de utilização sistemática desses espaços para práticas de crime, o que se pode atribuir, ao menos como hipótese, a uma gestão e organização que inibiam este tipo de apropriação das salas.

Em suma, a UFMG é uma instituição que sempre contou com a PM em suas dependências, o que não impediu que os problemas de segurança crescessem de modo idêntico ou mais intenso do que nas congêneres. Ademais, assim como na USP, a presença da PM é menos associada à redução da violência, do que aos episódios de ingerência da corporação em conflitos de ordem pedagógica. Em 2008, por exemplo, a PM cercou o prédio do Instituto de Geociências, sem autorização da reitoria, sob determinação da direção da unidade, para impedir que fosse exibido um documentário produzido pela Editora Abril sobre a descriminalização da maconha. Na ocasião, docentes ficaram retidos no prédio, um estudante foi preso e dois ficaram feridos.

3.2 - Existência ou não de uma política formal e abrangente para prevenção e controle da violência no câmpus e seu entorno

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) não possui em seu Estatuto (UFMG, 1999) ou Regimento (UFMG, 2012) qualquer previsão acerca da segurança ou violência nos câmpus.

A única referência à violência foi encontrada no Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2013 -2017, em que se faz o resgate histórico do combate à violência pela UFMG na época da ditadura.

O Plano de Desenvolvimento Institucional prevê o tratamento da segurança de forma patrimonializada, ou seja, trata de questões ligadas a sistemas de vigilância e monitoramento, e retoma que a Pró-Reitoria de Administração possui como objetivo o desenvolvimento de atividades-fim a partir de sua atuação em diferentes eixos. Um deles é a segurança, ao lado de limpeza e transporte.

Quanto à melhoria da segurança, dos transportes e do trânsito, esse Plano estabelece que :

O intenso crescimento experimentado pela UFMG nos últimos anos, aliado aos impactos decorrentes dos pesados investimentos em obras de infraestrutura na região Norte de Belo Horizonte, vem resultando em pressão acentuada no Câmpus Pampulha, em termos de segurança, de transporte e de trânsito. Da mesma forma, o reinício da operação de grandes equipamentos urbanos em suas proximidades se, por um lado, enseja melhorias em termos de disponibilidade de transporte coletivo, por outro lado agudiza questões relativas a riscos, vulnerabilidade e pressão pelo uso do espaço universitário. Neste quadro insere-se o presente projeto.

Este foi o introdutório utilizado pela Auditoria Geral, que elaborou o texto em que se pontuam, nos termos abaixo transcritos, os objetivos e metas da Universidade Federal de Minas Gerais para os próximos anos:

5.6.3.1. OBJETIVO

Melhorar as condições de segurança física e patrimonial na UFMG, bem como a circulação de pessoas e o trânsito de veículos, aí incluídas as possibilidades de estacionamento, no câmpus Pampulha.

5.6.3.2. METAS:

1. Concluir a implantação do Plano Diretor de Segurança Universitária na UFMG, aprimorando-o com o uso de novas abordagens e ferramentas de análise.

5.6.3.3. AÇÕES

4. Melhorar as condições de segurança dos *campi* da UFMG, por meio do treinamento contínuo das equipes de vigilância; do emprego de técnicas de monitoramento eletrônico; da coleta de dados que permitam estabelecer indicadores de segurança adequados para orientar tanto os usuários desses ambientes, quanto a administração da Universidade.

Considerações das quais consegue-se apreender que houve uma crescente preocupação com a segurança física dos usuários dos serviços e dependências da UFMG, e ainda, pontuou que a vigilância utilizada pela instituição precisa ser treinada e haver maior controle sobre a coleta e sistematização dos dados. Estes dados, ressalta-se, parecem não ser condizentes com a omissão, ao arrepio da Lei de Acesso à Informação, sobre o número de vigilantes contratados e sobre a redução de 30% (trinta por cento) no respectivo efetivo.

Observou-se, ainda, que atualmente a UFMG possui um Departamento de Logística de Suprimento de Serviços Operacionais. Uma das atividades desse órgão é a “segurança e vigilância” nos câmpus e nos prédios da universidade.

Há, adicionalmente, na instituição, uma Divisão de Segurança Universitária ligada a esse Departamento. Suas responsabilidades estão assim dispostas:

Planejar, executar e controlar as atividades relativas à preservação do patrimônio público sob a responsabilidade da UFMG e da integridade física das pessoas que trabalham e circulam nos seus campi, como também orientar, acompanhar e fiscalizar a execução dessas atividades nos domínios das unidades e órgãos Setoriais da Instituição .

Especificando melhor suas atribuições, a Divisão de Segurança determina a sua divisão em segurança predial e a segurança das áreas comuns, assim compreendidas:

Segurança predial Compreende os serviços que são prestados dentro dos prédios das unidades acadêmicas e administrativas e abrange as atividades executadas por vigias, porteiros e vigilantes terceirizados. A segurança predial é administrada pelas respectivas diretorias das unidades e órgãos, através de suas gerências administrativas e/ou secretarias e seções de serviços gerais, mas contam com o apoio técnico e logístico - orientação, acompanhamento e fiscalização – da DSU. As unidades e órgãos isolados e do *campus* Saúde contam também com o apoio técnico do Núcleo Avançado do DLO. Entretanto, a gestão dos contratos de prestação terceirizada de serviços bem como o monitoramento de alguns sistemas eletrônicos de alarmes e CFTVs (circuitos fechados de TVs) estão sob a responsabilidade da DSU. Segurança das áreas comuns

Compreende os serviços que são prestados nas áreas comuns dos

campi Pampulha e Saúde e abrange as atividades executadas por vigias, pela Polícia Militar de Minas Gerais (mediante convênio) e pelo corpo orgânico de vigilantes, pertencente à própria Instituição. A competência pela execução destes serviços é da Administração Central da Universidade, portanto, toda a gerência corre por conta da DSU. No *campus* Saúde, a coordenação do serviço é feita com o apoio do Núcleo Avançado do DLO e com a parceria da Comissão de Administração do *campus* Saúde.

3.3 - Presença ou não de policiamento militar rotineiro dentro da instituição

A UFMG celebra convênios com a Polícia Militar para a realização de policiamento ostensivo no *campus*. O Batalhão de Cavalaria assume a tarefa. Abaixo, tem-se o extrato de um desses convênios, na forma em que publicado no Diário Oficial:

CONVÊNIO nº 328/08 - PMMG e UFMG OBJETO: Cooperação mútua entre PMMG e UFMG visando manutenção de dois Postos de Policiamento Montado da PMMG, sendo a Sede do 3deg. Esquadrão no *Câmpus* Universitário da Pampulha e o PPM.2/3º Esquadrão no Museu de História Natural e Jardim Botânico, a fim de garantir o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública nas áreas mencionadas. VALOR: R\$81.144,00 por ano. DATA DE ASSINATURA: 12/Mar/2008.

Nota-se, portanto, o aporte de recursos da União para polícia estadual, com vistas ao auxílio na manutenção de um esquadrão da cavalaria com atuação no *campus*.

NECRIVI

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE
CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanista*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Parte I. "A Fala do Crime" (p. 25-98); Parte IV – "Violência, Direitos Cívicos e o Corpo" (p.342-377)*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FRATTARI, Najla. *Insegurança: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia*. Goiânia, 2009. Tese (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, 2009.

HJARVARD . Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural *Nordicom Review*, vol. 29, n. 2, (2008), pp.105-134.

MACHADO, Luis Antônio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, vol.19, n. 1, jan./ jun. 2004. Brasília: Ed. UnB, 2004.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

_____.Violência brasileira Entre crescimento da igualdade e fragilidade institucional in *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção. Conhecendo, articulando, integrando e multiplicando*. LEVISKY, David (org). São Paulo, Hebraica, 2001.

RIFIOTIS, Theophilos. *Nos campos da violência: diferença e positividade*, Florianópolis, 1997, mimeo.

SIMMEL, Georg. In : FILHO, Evaristo de Moraes (org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. 192 p.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, n.8, jul./ dez. 2002, p. 84-135

ARENDT , H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A Dominação Masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHAUÍ, M. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, T. (Org). *Ensaio sobre violência*. Vitória: EDUFES, 2003. p. 39-59.

MICHAUD, Y. *A violência*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

FLYVJBERG, Bent. *Making Social Science Matter: why social inquire failed and how it can succeed again*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. Três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, 58, 2003.

CLIPPING DE INFORMAÇÕES SOBRE AS IMPRESSÕES DOS SINDICATOS DE SERVIDORES, SINDICATOS DE DOCENTES E DCE'S ACERCA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA E DA POSIÇÃO SOBRE A PRESENÇA DA POLÍCIA NOS CAMPI.

USP:

Em último CO do ano, Zago acoberta denúncias de violência na FMUSP e ainda ataca mulheres Representantes Discentes: <http://www.dceusp.org.br/2014/12/em-ultimo-co-do-ano-zago-acoberta-denuncias-de-violencia-na-faculdade-de-medicina-e-ainda-ataca-mulheres-representantes-discentes/>

Reitor pretende usar a PM para reprimir funcionários e professores da USP e atacar a greve: <http://www.dceusp.org.br/2014/07/reitor-pretende-usar-a-pm-para-reprimir-funcionarios-e-professores-da-usp-e-atacar-a-greve/>

Segurança na USP: uma reivindicação que deve ser retomada pelo Movimento Estudantil: <http://www.dceusp.org.br/2014/07/segurancanausp/>

Falta de segurança: a USP precisa apontar soluções reais: <http://www.dceusp.org.br/2011/05/falta-de-seguranca-a-usp-precisa-apontar-solucoes-reais/>

Nota do DCE-Livre da USP sobre a segurança na Cidade Universitária: <http://www.dceusp.org.br/2011/05/nota-do-dce-livre-da-usp-sobre-a-seguranca-na-cidade-universitaria/>

Na USP, falta de participação e novas medidas antidemocráticas de Rodas: <http://www.dceusp.org.br/2011/03/na-usp-falta-de-participacao-e-novas-medidas-antidemocraticas-de-rodas/>

Por razões políticas, Unesp expulsa 17 estudantes do câmpus de Araraquara: <http://www.adusp.org.br/index.php/universidade2/2217-por-razoes-politicas-unesp-expulsa-17-estudantes-do-campus-de-araraquara>

Polícia e corte de salários: não passará impune a irracionalidade da atual administração: <http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2014cs/2067-confira>

[a-nota-oficial-da-adusp-de-4-8-sobre-decisao-da-reitoria-da-usp-de-recorrer-a-pm-e-ao-corte-de-ponto-contr-a-greve](#)

Moção de repúdio do Fórum das Seis às prisões de Rafael Marques Lusvarghi e de Fábio Hideki Harano: <http://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2014cs/2006-mocao-de-repudio-do-forum-das-seis-as-priso-es-de-rafael-marques-lusvarghi-e-de-fabio-hideki-harano>

“Mais democracia, não menos!”: <http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-da-universidade/132-usp-democratica/sucessao-reitoria/1865-zago-recebe-adusp>

Ao reintegrar Reitoria, PM agride e prende alunos que não participavam do movimento: <http://www.adusp.org.br/index.php/demo-usp/1815-ao-reintegrar-reitoria-pm-agride-e-prende-alunos-que-nao-participavam-do-movimento>

Chapa 1: <http://www.adusp.org.br/index.php/demo-usp/307-sucessao-reitoria/2013/candidatos/1809-chapa-1-helio-telma>

USFC:

Entidades manifestam-se sobre ação policial na UFSC: <http://noticias.ufsc.br/2014/03/entidades-manifestam-se-sobre-acao-policial-na-ufsc/>

Sem Senso de Bom Senso. A insistência da administração central em criminalizar a ação da polícia: http://www.apufsc.org.br/noticias.php?id_noticia=358

Reitoria da Ufsc assina termo que impede ações policiais no Câmpus: http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/reitoria_da_ufsc_assina_termo_que_impede_aco-es_policiais_no_campus

UFMT:

Brutalidade da Rotam levanta reflexão sobre violências no locus da Universidade: http://www.adufmat.org.br/portal/images/stories/jornais/jornal_adufmat_abril_2013.pdf

Reitoria e comunidade não se entendem: <http://diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=91533>

UFMG:

Carta em resposta à carta publicada pelo diretor da FAFICH -

Prof. Jorge Alexandre Barbosa Neves: http://www.fafich.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=170&Itemid=209

Compromisso coletivo: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1293/pag2.html>

Reitor discute ação da PM com estudantes da UFMG (republicada): <https://www.ufmg.br/online/arquivos/008187.shtml>

Estudantes ocupam a reitoria da UFMG em protesto contra repressão a filme sobre maconha: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2008/04/07/ult105u6377.jhtm>